



PRONTIDÃO

C Alte (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro*

Recentemente, foi divulgada a 4ª edição, revisada e atualizada do primoroso livro *SEAPOWER*, do autor Geoffrey Till. Considero o seu conteúdo fantástico. Instigante. Traz para o século XXI as concepções estratégicas navais clássicas – Mahan, Castex, Colbert e Coutau-Bégarie – e nos lembra dos ensinamentos de Clausewitz, Jomini e Sun Tzu. Leva ainda em consideração as percepções estratégicas atuais dos países do Sul, tanto no Índico como no Pacífico. Especialmente a ascensão naval da China. Ainda mais, nos chama a atenção para os componentes do poder marítimo e a distinção entre a estratégia naval de meios e a estratégia naval operativa. Voltaremos a detalhar esta questão mais adiante.

Nesse sentido, reforça as decorrentes disputas da China com a Marinha dos Estados Unidos da América (EUA), entre outras, no Mar do Sul e no Mar do Leste

da China. Ainda mais, reforça o novo vigor da Rota da Seda em terra e a sua versão marítima, o “Colar de Pérolas”, no Pacífico, Índico e Mar Vermelho.

O autor menciona que o papel do mar para a Humanidade, ao longo dos séculos, permanece o mesmo hoje em dia: “o homem não usa o mar por nenhuma causa singular, mas por uma variedade de razões ligadas aos quatro atributos do próprio mar: como fonte de recursos; como um meio de transporte e de comércio; como um meio de informação e de divulgação de ideias; e como meio de domínio.”

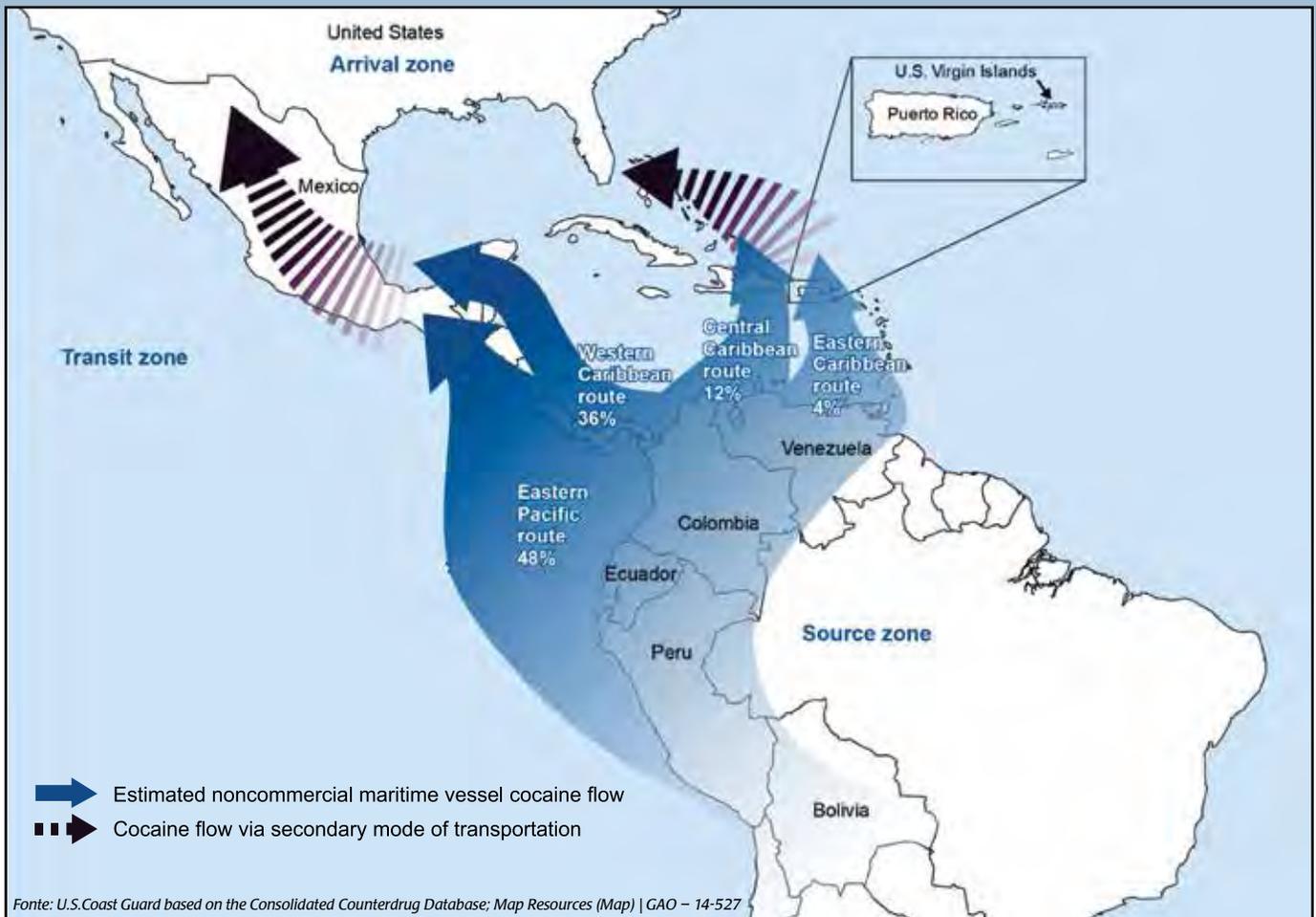
Paralelamente, na atualidade, em plena globalização, a qual também se processa por meio de um mar comum para todas as nações, Till enfatiza as seguintes tarefas para as marinhas pós-modernas (pós-Guerra Fria): Controle de Áreas Marítimas; Operações Expedicionárias; Operações de Estabilização/Assistência Humanitária; Manter a boa ordem no mar; e Diplomacia Naval Colaborativa.

O autor também realça que, atualmente, o mar tem servido ao contrabando, tráfico de pessoas e



Fonte: Till, Geoffrey. *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. New York. 4ª Edition, Routledge, 2018

Versão marítima da Nova Rota da Seda, o chamado “Colar de Pérolas” chinês



Fluxos estimados de embarcações não comerciais de transporte de drogas, por rota de contrabando (ano fiscal de 2013)

de drogas ilícitas além de ser agredido por diversas formas de poluição. Desse modo, argumenta Till, nas duas últimas tarefas anteriormente sugeridas, as marinhas, guardas costeiras e outras agências governamentais passam a ter que assumir novas exigências. E que existe a tendência para se contrapor a essas exigências em maior escala em águas marrons do que em águas azuis. Nessas águas marrons estão o litoral e o ambiente ribeirinho das bacias hidrográficas.

Obtive a clara impressão de que aquelas águas marrons encontrar-se-iam em locais distantes das grandes potências, próximos aos países limítrofes e suas bacias fluviais, origens dessas questões. E que seria do interesse das grandes potências conter essas questões o mais longe possível dos seus respectivos territórios nacionais. O que não ocorre com o tráfico marítimo de drogas ilícitas pelo fato do maior consumo estar no território das grandes potências, notadamente nos EUA.

E, segundo Till, o tráfico ilegal de drogas se constitui na principal ameaça sul daquele grande país, o qual reativou o Comando da IV Esquadra e criou o Comando Combinado de Força-Tarefa Interagências – Sul (JIATF-S, sigla em Inglês). Neste Comando Combinado, com sede no Panamá, está prevista a atuação de Forças de outros países, da América Central e do Sul.

Não há dúvidas de que os países menores se beneficiam da segurança do tráfego marítimo para o seu comércio e desenvolvimento. Tráfego marítimo este assegurado pelas grandes potências. Assim, do ponto de vista daquelas potências, nada mais justo que, em contrapartida, as marinhas dos países menores contribuam para a segurança e a manutenção da boa ordem no mar, com uma atitude diplomática colaborativa no litoral e em suas águas interiores.

Por outro lado, segundo João Paulo Soares Alsina Júnior, diplomata, em seu livro *Rio-Branco: a grande estratégia e o poder naval*, onde

detalha o apoio do Patrono da Diplomacia e os debates no Congresso Nacional sobre a formação da Esquadra de 1910 – onde os dois maiores encouraçados do mundo, *Minas Geraes* e *São Paulo*, tomavam parte – aquele autor deixa claro que Rio Branco não era o pacifista tão divulgado pelo oficialismo. Ao



**Encouraçado
Minas Geraes**

contrário, estava mais para Bismarck do que para Gandhi, no meu entender. Relata Alsina Júnior: “... irônico é o fato que Paranhos Jr., um dos mais empedernidos apoiadores do *build-up* brasileiro, tenha se transformado, a partir da apropriação oficialista de seus esforços de propaganda apaziguadora, em um dos ícones do “pacifismo” estéril do presente.”

Na verdade, Alsina Júnior revela as preocupações e o temor que o Barão do Rio Branco sentia ao negociar os limites territoriais diretamente com os países limítrofes, especialmente o Peru e a Bolívia, naturalmente aliados de Buenos Aires, após o fracasso da arbitragem usada no caso da Guiana Britânica. Naquela ocasião, a Argentina detinha as melhores Forças de terra e de mar da América do Sul.

Ainda mais, Alsina Júnior comprova não haver anacronismo da era rio-branquina com a atual: “Há 100 anos, as elites lideradas por Rio Branco empenharam-se no fortalecimento das forças de mar e terra sem perceber os estreitos limites impostos pela realidade de então. Um século depois, realidade muito menos restritiva vem acompanhada de interpretações equivocadas sobre a instrumentalidade do poder militar que, ao fim e ao cabo, conduzem à mesma resultante: a indigência do Brasil em um dos campos mais relevantes para a inserção internacional de qualquer país que pretenda influir sobre os rumos do sistema de Estados.”

O autor nos adverte para os riscos do emprego das Forças Armadas contra ilícitos transnacionais,

como a contaminação de oficiais e praças pela corrupção. E acrescenta: “A esse respeito, um ex-ministro da defesa da Colômbia admitiu, em conversa privada com autoridade do Brasil, que **tudo que o tráfico toca ele corrompe**” (grifo meu).

Essa advertência choca-se com o sugerido pelo Geoffrey Till e estou de acordo com Alsina Júnior com respeito à Marinha. Temos que nos manter em águas azuis com a prontidão para o combate assegurada, em todos os seus aspectos.

Antes de encerrar, voltemos à estratégia naval. Segundo Till, existe uma estratégia naval operacional e uma outra de meios. Esta última, também referida por estudiosos como “projeto de força”. No meu entender, nunca praticamos a estratégia naval de meios



**Encouraçado
São Paulo**

para conformar um adequado Poder Naval ao Brasil. Imaginei que na primeira década do século passado havia sido praticada para a conformação da Esquadra de 1910. Para minha surpresa, Alsina Júnior nos comprova que não passou de uma compra de oportunidade, coisa com a qual estamos habituados, só que os meios eram novos, o que existia de mais avançado na época. Consequentemente, não se dispunha de operadores e mantenedores qualificados... ■

Referências Bibliográficas:

- Alsina Júnior, João Paulo Soares. Rio-Branco: grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015;
 - Till, Geoffrey. Seapower – A Guide for the Twenty-First Century. New York. 4th Edition, Routledge, 2018.
- (Estes livros estão disponíveis na Biblioteca do Clube Naval)

*Diretor Cultural